



# Almanaque Territórios



## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

A445 Almanaque territórios / coordenação de Marcelo Carlos Gantos.  
– Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2022.  
32 p. : il.

Projeto Territórios do Petróleo.  
Inclui versão digital, em pdf.

1. Ações Pedagógicas. 2. Controle Social. 3. Royalties (Petróleo). 4.  
Educação Ambiental. I. Marcelo Carlos Gantos (Coord.). II. Título.

CDD: 304.2

## Apresentação

Este almanaque é um produto inspirado nas ações realizadas na fase II (2017-2019) do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, cuja implementação é uma condicionante do licenciamento ambiental federal de empreendimentos da cadeia de petróleo e gás, conduzido pelo Ibama. Uma dessas ações foi a elaboração da cartilha **Cidadãos em Ação II**, que abordou, em linguagem coloquial, o tema do orçamento público (volume I) e o das receitas municipais do petróleo (volume II).

Em 2019, durante a transição entre as fases II e III do projeto, os Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) se reuniram, em cada um dos dez municípios abrangidos pelo PEA, para estudar as cartilhas. Desse processo surgiram dúvidas e questões que, somadas ao aprendizado adquirido ao longo da fase II, embasaram a elaboração do Almanaque. Trata-se, portanto, de uma construção coletiva, feita a muitas mãos. A intencionalidade desse material é aplicar, de forma leve e intuitiva, conceitos básicos abordados nas publicações anteriores e ao longo do processo educativo desenvolvido na fase II do PEA.

A primeira atividade é um jogo de tabuleiro que simula um movimento coletivo pela conquista de uma creche para um bairro popular. Quais seriam as melhores escolhas em cada momento decisivo?

Para construir uma visão panorâmica sobre o comportamento recente dos repasses de royalties, concebeu-se uma atividade de pesquisa de dados no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e de sua representação visual em uma espécie de montanha-russa.

Com o objetivo de entender pontos básicos do orçamento municipal, o Almanaque traz a situação imaginária de um casal que resolveu organizar seu orçamento doméstico em uma planilha. Uma família não é igual a uma cidade, mas a história apresenta vários pontos de contato com o orçamento público.

Simulando uma luta coletiva pela instalação de um posto de saúde, a publicação propõe a atividade do labirinto, que representa as inúmeras possibilidades de caminhos (uns melhores, outros nem tanto...) até a conquista desse bem público. Também se apresenta um caça-palavras sobre o controle social dos royalties em que, antes de “caçar”, é preciso descobrir qual é a palavra em questão.

Tem ainda o mosaico, que pede do(a) leitor(a) uma reflexão sobre os macroimpactos da cadeia de petróleo e gás verificados no seu município. Esses macroimpactos estão na base do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), que, por sua vez, foi o ponto de partida para a concepção do projeto Territórios do Petróleo e de outros PEAs.

Por fim, a publicação traz uma linha do tempo inconclusa em que os sujeitos da ação educativa são convidados a inserir episódios marcantes da experiência de seu próprio município.

Aproveite a leitura e exercite o conteúdo!

Vamos supor que no início de um ano em que os prefeitos assumam o mandato o Núcleo de Vigilância Cidadã tenha decidido lutar pela construção de uma creche municipal.

**Qual seria o primeiro passo**

a) Procurar um vereador da oposição para apoiar um protesto contra a falta de creches.

**ANDE 4 CASAS**

b) Tentar incluir a previsão da construção da creche no Plano Plurianual (PPA) do seu município.

**ANDE 2 CASAS**

2) Considere que a creche tenha sido prevista no PPA: o que fazer?

a) Vigiar o prazo de propostas para a LDO do ano seguinte e tentar incluir a previsão de construção da creche.

**ANDE 4 CASAS**

b) Vigiar o prazo de propostas para a LOA e tentar incluir a previsão de construção da creche.

**ANDE 5 CASAS**

Um vereador da oposição pode fazer barulho, mas geralmente é minoria.

a) Participar das audiências públicas relativas à elaboração da LOA e tentar incluir a proposta no orçamento do ano seguinte.

**ANDE 4 CASAS**

b) Verificar se sobrou algum recurso no ano anterior e pleitear sua aplicação na construção da creche.

**ANDE 5 CASAS**

É preciso incluir a demanda no próximo orçamento; esqueça o anterior!

**Volte a casa 6**

4) Imagine que o NVC tenha conseguido incluir a previsão da creche na LOA aprovada. O que fazer?

**Volte ao início**

Entre o PPA e a LOA tem a LDO.



Incluir a demanda na LOA é fundamental, mas ainda não garante nada.

5) Já estamos em junho de 2022, e nada de creche. E agora?

**Volte a casa 10**

a) Tentar uma matéria na imprensa local sobre a necessidade da creche e sobre a luta da comunidade.

**ANDE 4 CASAS**

b) Convocar a comunidade e explicar por que a luta pela creche deu em nada.

**ANDE 5 CASAS**

É cedo para achar que o esforço deu em nada.

6) A obra terminou e será inaugurada. Nesse caso:

O resultado foi bom, mas aprender com o processo também não seria importante?

**Volte a casa 16**

a) A reivindicação foi atendida: nada mais a fazer.

**ANDE 2 CASAS**

b) Reunir a comunidade para recapitular os passos e celebrar a vitória.

**ANDE 3 CASAS**

a) Fazer um churrasco para comemorar a conquista, que agora é só uma questão de tempo.

**ANDE 5 CASAS**

b) Organizar uma pressão sobre o prefeito no ano seguinte, pois o orçamento é uma autorização de gasto e não uma imposição.

**ANDE 6 CASAS**

**Chegou!**

# Montanha-russa dos royalties

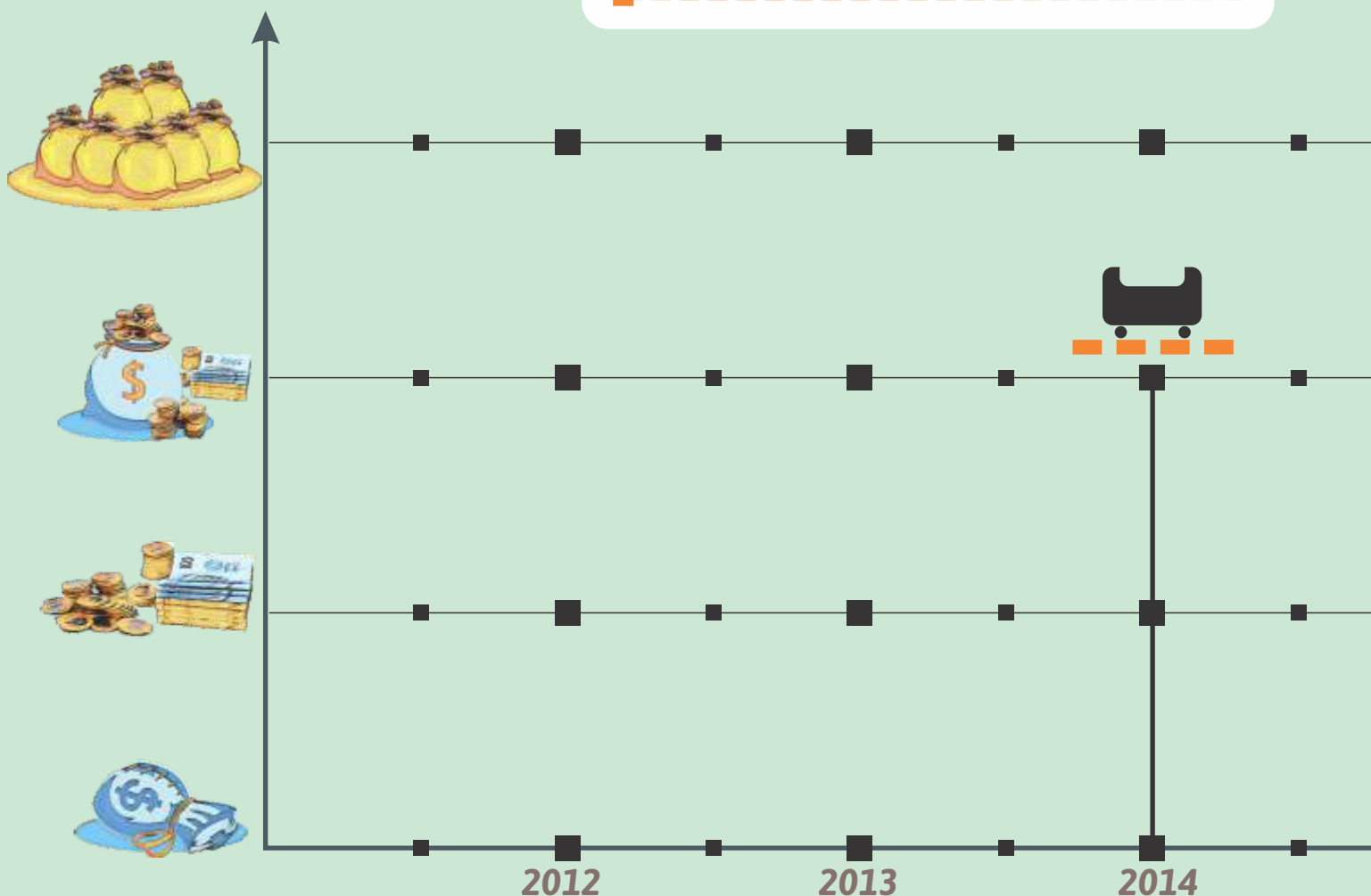
Como têm sido os repasses de royalties para o seu município nos últimos anos? Subiram, desceram, entraram em queda livre? Pois bem: nossa tarefa é pesquisar os valores anuais de royalties transferidos para sua cidade e representá-los na figura. Cada ano, com o seu valor, vai gerar a marcação de um ponto na ilustração.

Começamos com o 2014. Veja na legenda qual foi o valor recebido naquele ano por sua cidade. Em seguida pesquise os valores dos anos seguintes no sítio eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Quando o montante for maior do que em 2014, marque um ponto mais para cima; quando for menor, marque mais para baixo. Ao final, ligue os pontos e visualize como tem se comportado a “montanha-russa” dos royalties no seu município.

## Valores de royalties repassados aos municípios em 2014:

Município	Valor (R\$)
Armação dos Búzios	72.488.760,97
Arraial do Cabo	45.041.384,09
Cabo Frio	197.868.413,00
Campos dos Goytacazes	632.820.616,41
Carapebus	39.533.371,64
Casimiro de Abreu	77.476.949,22
Macaé	491.526.473,38
Quissamã	87.778.296,94
Rio das Ostras	189.794.271,44
São João da Barra	126.233.541,62

Fonte: ANP (www.gov.br/anp)





**Lembre-se: a fonte oficial para esse tipo de informação é a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).**

**Passo  
01**

Acesse o site da ANP  
([www.gov.br/anp](http://www.gov.br/anp))

**Passo  
02**

No alto e à esquerda  
da tela inicial,



clique no ícone de menu  
e selecione a opção **Assuntos**  
e em seguida **Royalties e  
outras participações**.

**Passo  
03**

Clique na opção **Royalties** e  
role a tela para baixo até  
encontrar a seção "**Tabelas  
contendo o valor mensal dos  
royalties dos beneficiários**".

**Passo  
04**

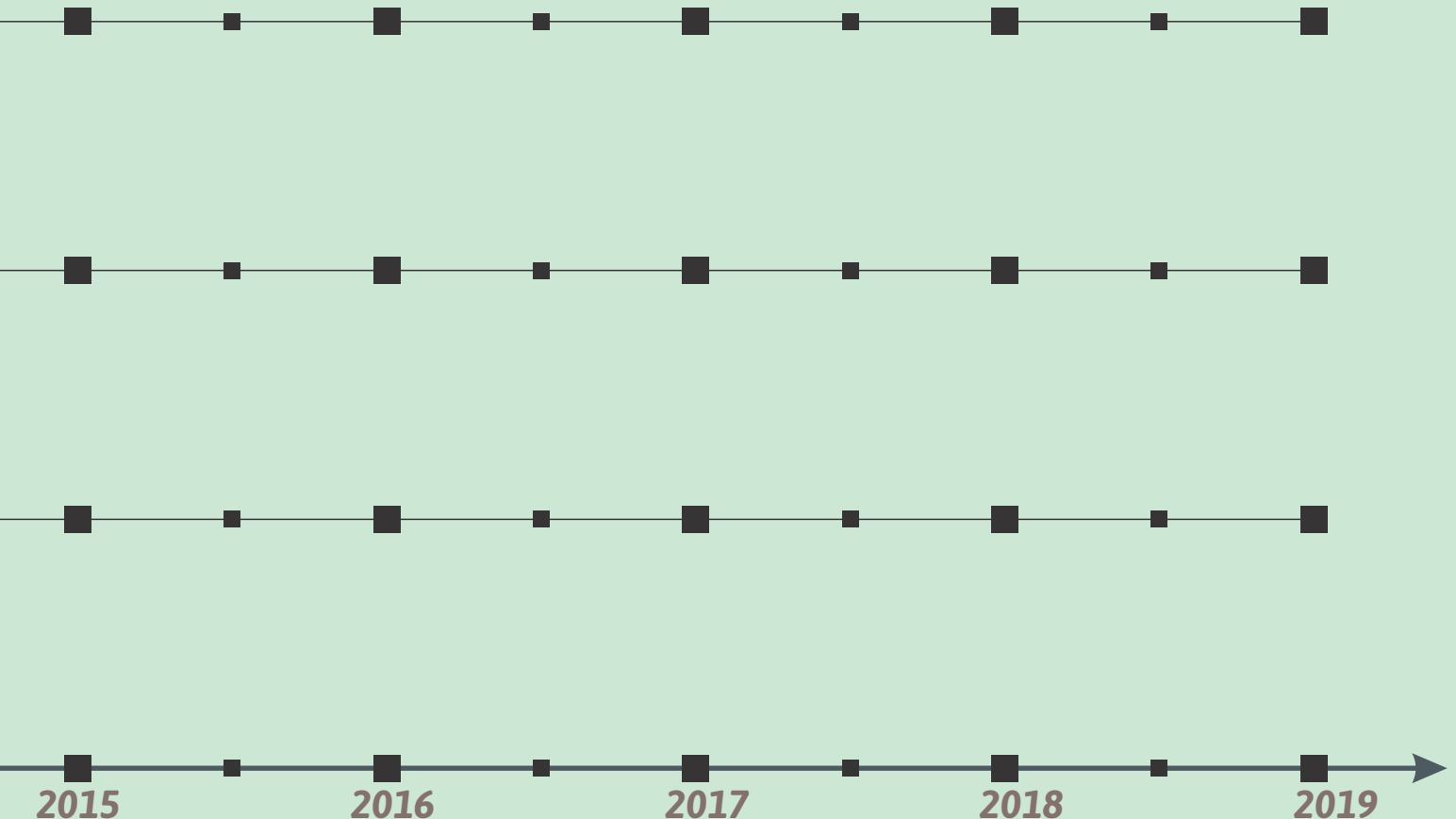
Clique no ano 2015 e  
em seguida no mês de dezembro  
para baixar a planilha de  
dezembro de 2015. Localize seu  
município na planilha e,  
olhando a coluna da  
direita, anote o valor acumulado  
ao longo do ano.

**Passo  
05**

Faça o mesmo em  
relação aos anos 2016, 2017,  
2018 e 2019: localize seu  
município e anote o valor  
acumulado para cada ano.

**Passo  
06**

Marque na  
ilustração a  
posição aproximada  
de cada ano  
no trilho da  
montanha-russa.





## O orçamento de uma casa e o de uma prefeitura que recebe royalties

Pedro e Conceição são casados há 40 anos e sempre enfrentaram juntos todas as dificuldades da vida. Nunca tiveram muito dinheiro, mas sua disciplina no controle dos gastos permitiu que todos os filhos e filhas concluíssem uma faculdade. Mesmo estudando em instituições públicas, havia muitos gastos com alimentação, moradia e transporte. Ultimamente, já com os filhos criados, Pedro e Conceição perceberam que sua disciplina financeira já não era a mesma. Eles relaxaram nos controles e de repente notaram que estavam gastando mais do que recebendo, o que acabaria com as pequenas reservas que conseguiram juntar para usar em momentos imprevistos.

Então Conceição teve uma ideia: “Vamos fazer como antigamente: anotar todas as despesas que temos e ver para onde nosso dinheiro está indo!” Pedro gostou da ideia, e um dos filhos do casal, que visitava os pais, se dispôs a organizar uma planilha no celular: “Podemos fazer melhor: repartir antecipadamente a renda de vocês entre as despesas que puderem ser previstas. A gente reserva um valor para cada coisa, e vocês vão anotando à medida que os gastos forem ocorrendo. Posso fazer uma planilha que informe automaticamente o saldo restante a cada despesa registrada.”

Assim foi feito: a soma das duas aposentadorias foi desdobrada em pequenos valores destinados a alimentos, remédios, conta de luz, de água, recarga de celular, etc.

Já ao preparar essa planilha, junto com o filho, o casal notou que sua renda



mensal não daria para bancar todas as despesas que vinham sendo feitas nos últimos meses. Então, discutiram as prioridades e abriram mão de alguns gastos que poderiam ser considerados supérfluos. A planilha, baseada em uma renda mensal de R\$ 4 mil (soma das aposentadorias), distribuiu os recursos pelas necessidades fundamentais e reservou um restinho para despesas não previstas (outras), conforme a seguir:

**Tabela 01:** Renda mensal da família e repartição dos valores entre as despesas previstas

<b>Data</b>	<b>Alimentação</b>	<b>Remédios</b>	<b>Luz</b>	<b>Água</b>	<b>Recargas celular</b>	<b>Gás</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Valores previstos-&gt;</b>	2.500	900	100	90	120	70	220	4.000
<b>Dia 01</b>								
<b>Dia 02</b>								
<b>Dia 03</b>								
<b>Dia 04</b>								
<b>(...)</b>								
<b>Dia 31</b>								
<b>Saldos -&gt;</b>								

Fonte: Elaboração própria.

### **Com base no relato acima, faça a reflexão proposta a seguir:**

**1)** O que você acha da decisão do casal de preparar uma planilha prevendo os gastos do mês? Vê alguma vantagem em relação à situação anterior? Percebe algum ponto negativo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---



Para o projeto não ficar apenas nas boas intenções, o casal decidiu criar uma regra: alguém seria responsável por fazer os gastos e anotá-los na planilha. Como Conceição era mais organizada, ela ficou responsável pela tarefa. Nenhum gasto poderia ser feito por Pedro, a não ser em comum acordo com a esposa. Não porque ela quisesse bancar a “manda-chuva” (pois o orçamento era decidido em comum), mas para que o controle não se perdesse.

Pedro lembrou que em breve começaria a receber, em parcelas mensais, o dinheiro de uma antiga ação judicial que finalmente teve desfecho favorável. Como era um recurso extra e por tempo limitado, eles decidiram não usá-lo para pagar nenhuma necessidade indispensável, para não depender dele para sobreviver. Alguns amigos de Pedro, beneficiados na mesma ação judicial, já estavam gastando por conta — fazendo churrascadas e compras parceladas no cartão de crédito. Mas o casal da nossa história decidiu que o dinheiro extra, quando chegasse, iria para uma pequena obra de ampliação da casa.

No começo da experiência, Pedro ficou animado. A cada compra que fazia, ele comunicava à esposa, que usava o celular para incluir o valor gasto. O bom é que a planilha já mostrava automaticamente quanto ainda tinha disponível em cada item e no total. Conceição também experimentou uma agradável sensação de segurança. Ao comprar remédios para o casal, já não se preocupou tanto com o dinheiro gasto, pois ele já estava destinado a isso. Além disso, havia valores reservados para todas as outras necessidades.

Com o passar dos dias, ainda no primeiro mês, a satisfação já não foi tão grande. Ao chegar o dia 15, mesmo cumprindo religiosamente a previsão, praticamente todo o recurso do mês já tinha acabado. Uma vez pagas as contas, os remédios, a compra do mês no supermercado, todas as colunas da

planilha ficaram com saldo zerado. A única coluna que ainda tinha algum valor disponível era a das despesas não previstas (outras). Mas o valor era muito pequeno, e na verdade não parecia suficiente para suprir todas as necessidades “extras”. Por exemplo, no segundo fim de semana do mês, os filhos e netos foram almoçar na casa de Conceição e Pedro, que gastaram R\$ 100,00 somente com dois frangos assados, alguns refrigerantes e um pote de sorvete para a sobremesa. Dos R\$ 220,00 previstos para essas outras despesas, quase metade foi embora de uma vez...

**2)** Sabemos, pelo texto, que Conceição ficou como a “gestora” do orçamento doméstico, ou seja, como responsável por autorizar todo e qualquer gasto e anotá-lo na planilha. Em sua opinião, mesmo sendo uma decisão de comum acordo, isso confere à esposa alguma espécie de poder? Como você avalia?

---

---

---

---

---

---

---

---

**3)** Agora observe as diversas colunas da planilha (alimentação, remédios, luz...). Em sua opinião, quais dentre elas constituem despesas praticamente obrigatórias e quais representam previsões para gastos que podem ser mudados?

---

---

---

---

---

---

---

---

4) À luz da resposta anterior, como você definiria o poder conferido a Conceição, em sua condição de “gestora” do orçamento doméstico? Será que ela realmente tem poder de decisão sobre todo o orçamento? Se não, qual seria, em sua opinião, o valor aproximado sobre o qual a esposa tem real poder?

---

---

---

---

---

---

---

Mesmo com o aperto financeiro, a experiência do orçamento doméstico foi continuada nos meses seguintes. A planilha era praticamente a mesma, pois as rendas e os gastos se repetiam a cada mês. Mas certa vez houve um imprevisto: a aposentadoria de Pedro atrasou: em vez de sair no primeiro dia do mês, só viria a ser liberada no dia 29. Isso trouxe uma grande dificuldade: ao longo de quase todo o mês, dos R\$ 4 mil previstos para “entrar”, o casal só pôde dispor de R\$ 2 mil.

A primeira providência tomada por Conceição, como “gestora”, foi suspender temporariamente todos os gastos que pudessem ficar para depois, atrasando o pagamento das contas e trocando o gás sem repor o botijão reserva. No item destinado a “alimentos”, ela abandonou o hábito de fazer “compras do mês” e foi comprando aos poucos. Pedro e Conceição não queriam incomodar os filhos e por isso não falaram para ninguém a respeito das dificuldades.

Um neto do casal, ainda criança, tinha tomado conhecimento da estratégia de controle de gastos e até se familiarizou com a planilha, pois, como sabemos, as crianças de hoje em dia dominam rapidamente as ferramentas tecnológicas. Do seu próprio celular, o neto tinha acesso à planilha dos avós, que estava salva na nuvem e era compartilhada; para ele, isso era uma pequena e instrutiva diversão. Por volta do dia 20 daquele mês, estando ainda atrasada a renda de uma das aposentadorias, o neto pediu ao avô Pedro que comprasse um bombom na saída da padaria. O avô ficou constrangido, mas tentou se aproveitar dos controles para dizer ao neto que

não havia dinheiro para nenhum gasto extra – nem mesmo para os cinquenta centavos de um bombom! Abrindo o seu celular, que tinha internet própria, o menino argumentou: “Não, Vô, vocês ainda têm R\$ 220,00 para gastar no item 'Outras despesas'.” Realmente, a coluna Outras ainda não tinha tido nenhum registro e, portanto, constava um saldo nesse valor disponível para ser gasto.

**5)** Como você explicaria essa situação estranha em que a planilha apresentava saldo disponível, mas não podia haver gasto?

---

---

---

---

---

---

---

---

**6)** Compare a experiência do orçamento familiar de Pedro e Conceição com o orçamento de seu município. Que semelhanças você pode notar entre a renda extra resultante de uma ação judicial e as receitas petrolíferas que chegam aos cofres da Prefeitura?

---

---

---

---

---

---

---

---

7) Agora, procure relacionar elementos do orçamento familiar com seus equivalentes no orçamento público, conforme questões a seguir.

a) Com o que poderíamos comparar a planilha contendo a previsão da renda e das despesas da família?

- Plano Plurianual (PPA)
- Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

b) A previsão de renda mensal incluída na planilha pode ser comparada com:

- Estimativa de receitas municipais
- Estimativa de despesas municipais
- Execução financeira

c) Quando o dinheiro das duas aposentadorias efetivamente entra nas contas do casal, confirmando a previsão feita na planilha, isso pode ser comparado com:

- Execução financeira
- Previsão de gastos
- Previsão de receitas

d) Conceição só autorizava qualquer gasto se houvesse saldo disponível na planilha. Esse procedimento pode ser comparado com:

- Execução orçamentária
- Créditos adicionais
- Créditos extraordinários

e) Quando a aposentadoria de Pedro atrasou, parte dos gastos previstos na planilha também teve que ser adiada. Um neto do casal não entendeu por que o avô não comprou o bombom que ele queria. É o que acontece nas finanças municipais quando:

- Não há saldo no orçamento, logo a despesa não pode ser realizada.
- Há saldo no orçamento, logo nada impede que a despesa seja realizada.
- Há saldo no orçamento, mas não há dinheiro para realizar a despesa .

f) Quando aconteceu o atraso na aposentadoria de Pedro, reduzindo pela metade o dinheiro disponível para pagar as despesas, o casal optou por atrasar o pagamento de algumas contas, mas preservou os gastos com remédios e com alimentos para os primeiros dias. Algo semelhante acontece no município quando, em uma situação de receitas menores do que o previsto, o(a) prefeito(a):

- ( ) Corta igualmente todas as despesas previstas.
- ( ) Atrasa o pagamento a fornecedores, mas mantém despesas que considera essenciais.
- ( ) Cria créditos adicionais.

g) Mesmo sendo a gestora do orçamento doméstico, Conceição não decidiu sozinha como a renda do casal seria distribuída entre os diversos itens de despesa. Seu papel pode ser comparado ao do(a) prefeito(a) porque ele(a):

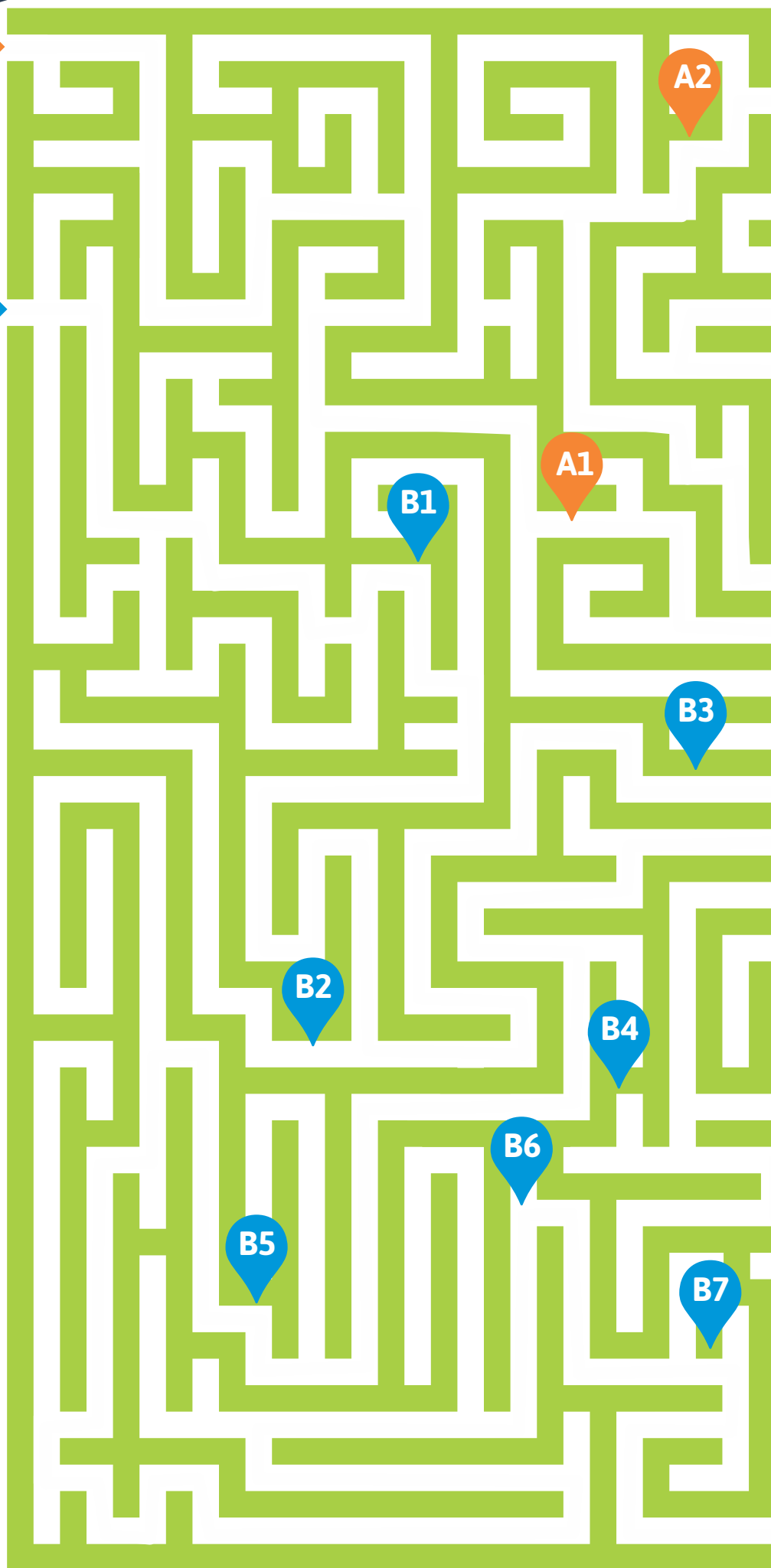
- ( ) Geralmente é uma figura politicamente fraca, em especial nas regiões beneficiadas por royalties do petróleo.
- ( ) Quase sempre está comprometido com forças poderosas que o impedem de desenvolver um mandato popular.
- ( ) Administra um orçamento votado pela Câmara Municipal e muitas vezes discutido com a população.

h) Embora sendo a gestora, na prática Conceição não tinha poder sobre todo o valor do orçamento, pois era praticamente obrigada a autorizar a grande maioria das despesas previstas (alimentação, remédios, contas de luz, água etc.). O poder de Conceição pode ser comparado ao do(a) prefeito(a) porque:

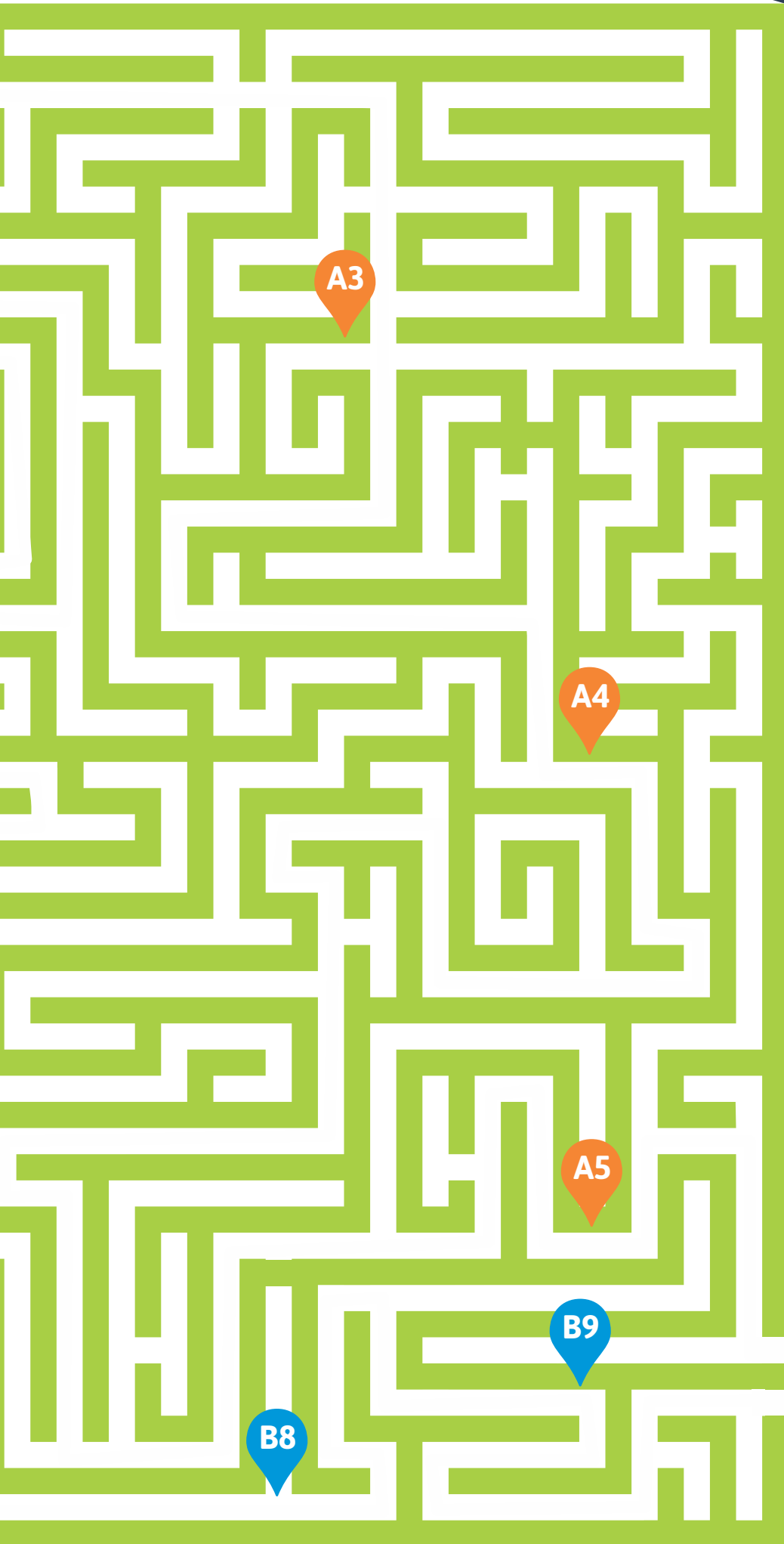
- ( ) A maior parte do orçamento público é formada por despesas obrigatórias, restando pouca margem para a decisão do(a) prefeito(a).
- ( ) A Câmara Municipal nunca autoriza o(a) prefeito(a) a remanejar despesas previstas no orçamento.
- ( ) O Tribunal de Contas exerce uma fiscalização rigorosa sobre o gasto público.



O labirinto representa diferentes caminhos que podem ser trilhados em um esforço coletivo para se conquistar determinado benefício para a sua comunidade usando recursos dos royalties. Partindo da pergunta inicial, você deve escolher percursos e reavaliar suas escolhas durante a caminhada (podendo seguir em frente ou voltar para buscar outro trajeto). Faça suas escolhas e avaliações com base em sua vivência, no aprendizado adquirido no Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) e nas dicas que forem oferecidas em pontos específicos do caminho escolhido.







Nessa atividade, considere que estejamos no início do primeiro ano de mandato do(a) prefeito(a) do seu município e que o NVC tenha decidido lutar pela instalação de um posto de saúde no seu bairro.

**Como colocar essa luta coletiva em prática?**

Ao longo do labirinto temos passos e dicas para ajudar você a chegar nos seus objetivos. Eles estão marcados com esses sinais:



Quando achar um sinal no caminho, vá para a próxima página para ver qual ação tomar e uma dica para te ajudar a sair do labirinto.

**Início do  
funcionamento  
do posto  
de saúde.**

- A**
- A1** Audiência pública para elaboração do Plano Plurianual (PPA)  
**Dica:** Para entrar no orçamento, é preciso que a demanda seja antes incluída no PPA e na LDO.
  - A2** Audiência pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).  
**Dica:** Entrar na LDO não garante nada, mas se ficar fora a demanda não poderá ser atendida no próximo ano.
  - A3** Audiência pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).  
**Dica:** Entrar na LOA também não garante nada ainda, mas se ficar fora a demanda não poderá ser atendida no próximo ano.
  - A4** No ano seguinte, buscar uma audiência com o secretário Municipal de Saúde.  
**Dica:** Avalie se o secretário é realmente o melhor contato; pode ser que haja alguém mais influente no governo mesmo em questões ligadas à saúde.
  - A5** Tentar uma matéria da imprensa local sobre a demanda.  
**Dica:** Nessa etapa da luta, dar visibilidade à questão pode ser decisivo para o projeto sair do papel.

- B**
- B1** Tentar uma matéria da imprensa sobre a demanda.  
**Dica:** Dar visibilidade à questão pode ajudar, mas fique atento(a) aos prazos do ciclo orçamentário municipal.
  - B2** Organizar uma passeata, respeitando as recomendações sanitárias, para reivindicar o posto de saúde.  
**Dica:** Não perca os prazos para apresentar a proposta durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA).
  - B3** Buscar uma audiência com o secretário Municipal de Saúde.  
**Dica:** O secretário não tem poder para fazer despesas não previstas no orçamento da sua pasta.
  - B4** Audiência pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).  
**Dica:** Se você perdeu o prazo para incluir a proposta no PPA, não será possível tentar incluí-la na LDO, nem na LOA. Fique atento à discussão do próximo PPA, dentro de quatro anos.

B

B5

Quatro anos depois, audiência pública para elaboração do Plano Plurianual (PPA).

**Dica:** Para entrar no orçamento, é preciso que a demanda seja antes incluída no PPA e depois na LDO.

B6

Audiência pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

**Dica:** Entrar na LDO não garante nada, mas se ficar fora a demanda não poderá ser atendida no próximo ano.

B7

Audiência pública para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

**Dica:** Entrar na LOA também não garante nada ainda, mas se ficar fora a demanda não poderá ser atendida no próximo ano.

B8

No ano seguinte, buscar uma audiência com o secretário Municipal de Saúde.

**Dica:** Avalie se o secretário é realmente o melhor contato; pode ser que haja alguém mais influente no governo mesmo em questões ligadas à saúde.

B9

Tentar uma matéria da imprensa local sobre a demanda.

**Dica:** Nessa etapa da luta, dar visibilidade à questão pode ser decisivo para o projeto sair do papel.

Início do funcionamento do posto de saúde.

**Dica:** Reunir a comunidade para celebrar a conquista e avaliar o aprendizado adquirido pode ser importante para futuras demandas.



## Caça Palavras

Ache as palavras  
escondidas e ligue  
ao seus significados

FJGEIRUDLNGIDBACIADECAMPOSJRLG  
LIFJZLTUCONFRONTACAOEIGJAODEJG  
DUDJKZOERUIRMGNFORINAÇPPADIRNI  
OEPTMVHAEMPENHOOQWXUERVZXMD  
PERPRESALIYTQWSZPLOAIMVUEHLIEN  
EIUEHFHGNBFMTVDSIODIRUJDGMI  
IEJTYVNFCNTOLESOCIALUENBLGRH  
IGHERORCAMENTOPARTICIPATIVOBLTI  
NHEYPPAIDJANQZSDCIEJGHBEINGEOG  
IEJTYVNFRWPRINCIPALHIRLTIGHVIENQ  
IYTNBQIGHEHRUEHFHGNBFMRIEOPYUE  
IYTERINTERGERACIONALTGYHNBORKGI

Área marinha  
que se estende  
de Arraial do Cabo  
(RJ) até as imediações de  
Vitória (ES). Concentrou, até  
junho de 2017, a maior parte  
da produção nacional de  
petróleo e gás (ANP, 2017a).

Princípio de  
justiça que  
procura garantir a  
gerações futuras  
benefícios  
resultantes de  
recursos  
utilizados no  
presente.

Ato pelo qual a  
administração pública  
reserva parte do valor  
previsto na LOA para uma  
aplicação específica,  
criando a obrigação de  
pagamento.

Controle que a  
sociedade  
organizada exerce  
sobre a forma  
como os governos  
aplicam os  
recursos que  
pertencem a  
todos.

Expressão  
usada para dar  
nome a uma variedade  
de modelos de  
elaboração do  
orçamento público em  
que a população é  
ouvida.

Zona de  
produção  
formada por  
municípios de um  
mesmo estado confrontantes  
com poços de petróleo ou  
que abriguem instalações  
industriais ou de apoio à  
atividade.

Sigla  
referente à Lei de  
Diretrizes  
Orçamentárias, que  
estabelece as  
prioridades e metas  
da administração  
pública para o ano  
seguinte.



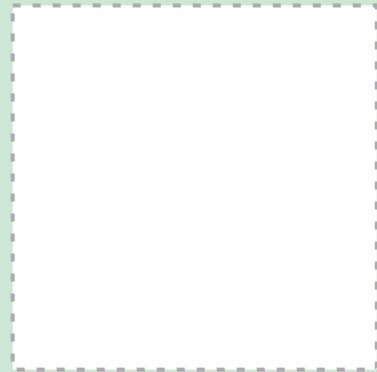
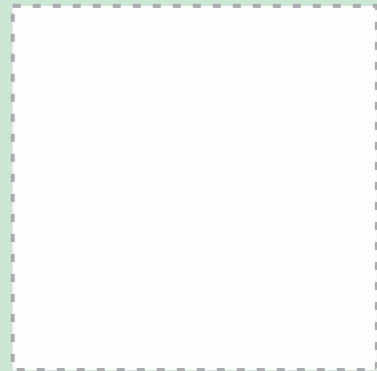
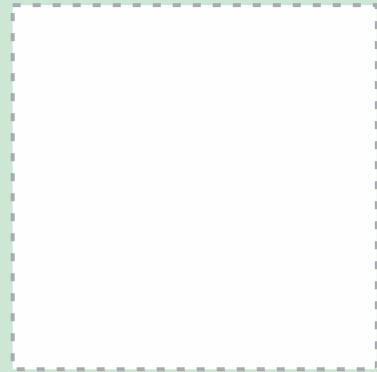
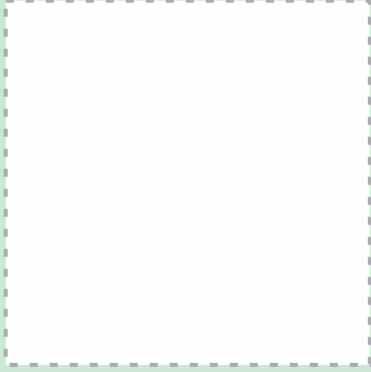
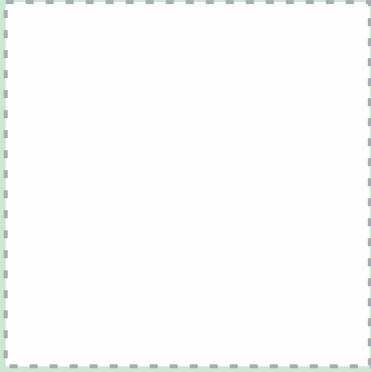
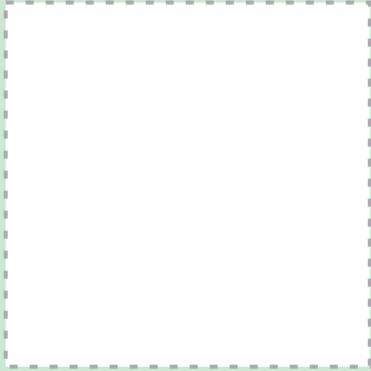
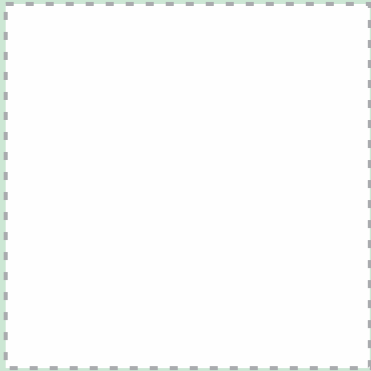
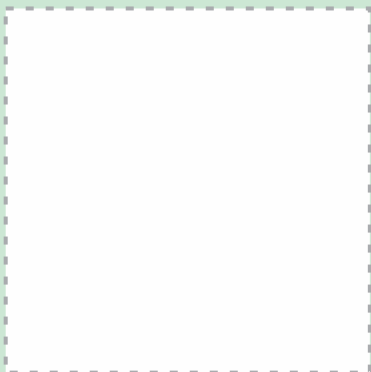
## Mosaico

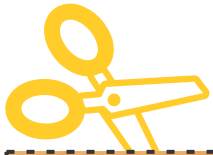
Lembra os cinco macroimpactos da cadeia produtiva do petróleo e gás considerados pelo Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC)? Para refrescar sua memória, aí vão eles: ocupação do espaço marinho; uso e ocupação do solo; dinâmica demográfica; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; e royalties. Observe as fotos das páginas 23 e 25 e escolha aquelas que melhor representem os macroimpactos verificados na sua cidade!





**Cole aqui as  
fotos que escolheu**





# Mosaico

Observe as fotos abaixo e na página 25. Veja quais delas se enquadram em algum daqueles macroimpactos verificados na sua cidade, recorte-as e cole nos espaços vazios da página 24!









## Mosaico

Observe as fotos abaixo e na página 23. Veja quais delas se enquadram em algum daqueles macroimpactos verificados na sua cidade, recorte-as e cole nos espaços vazios da página 24!







## Linha do tempo

Essa linha do tempo traz marcos importantes do licenciamento ambiental federal, mas falta alguma coisa: os acontecimentos importantes da sua própria cidade. Marque na linha os episódios ligados à cadeia do petróleo e gás que de algum modo mudaram a trajetória do seu município. Use lápis de cor para relacionar cada marcação com um dos macroimpactos considerados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

- Pressão sobre a infraestrutura
- Ocupação do espaço marinho
- Dinâmica demográfica
- Uso e ocupação do solo
- Royalties

### Ano 1989

Lei Federal Nº 7.7335  
Criação do IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

### 2005 a 2012 Projeto Pólen

1º Projeto de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento federal realizado pela Petrobras.

### Ano 2010

Lei Nº 12.351  
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

### Ano 1997

**Lei do Petróleo**  
Nº 9.478 1º Marco Regulatório do Petróleo no Brasil.  
Legislação referente à exploração e produção do petróleo.  
Flexibilização do monopólio estatal.

### Ano 2007

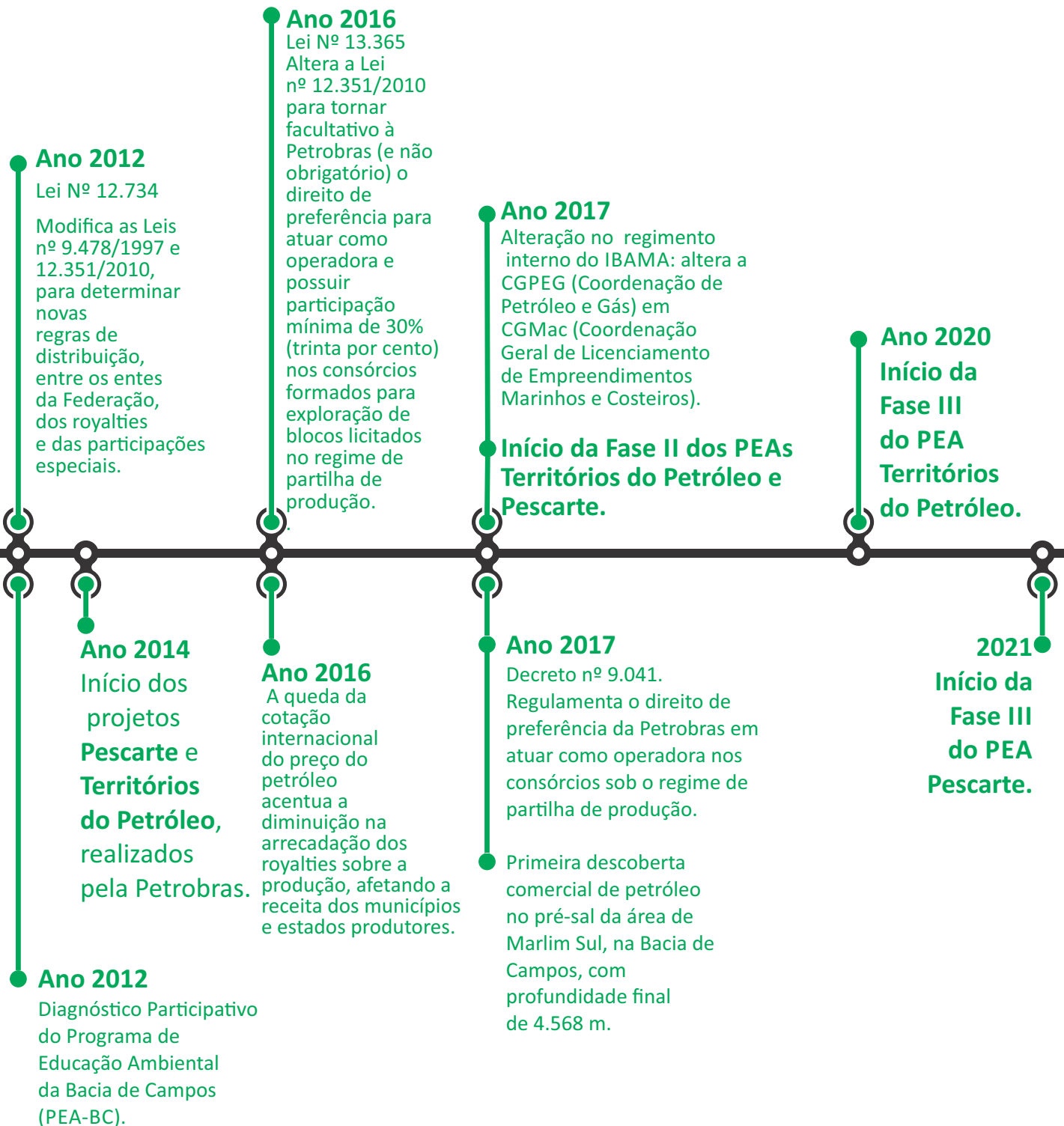
**Criação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.**  
pela Lei Nº 11.516.

### Ano 2008

**Início do NEA-BC**  
Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos,  
Projeto de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal realizado pela Petrobras.

### Ano 2010

Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 - Programas de Educação Ambiental.



## Referências:

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, jun. 2017, nº 82. 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2017/2017-06-boletim.pdf>

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, jul. 2017, nº 83. 2017b. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2017/2017-07-boletim.pdf>

## Ficha Técnica

Reitor:  
Prof. Raul Ernesto Lopez Palacio

Vice-Reitora:  
Prof.<sup>a</sup> Rosana Rodrigues

Diretor do Centro de Ciências do  
Homem:  
Prof. Rodrigo da Costa Caetano

Coordenadora do Programa de Políticas  
Sociais (Uenf):  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Maldonado da Silva

Coordenação Geral do projeto  
Territórios do Petróleo:  
Marcelo Carlos Gantos

Coordenação Pedagógica:  
Silvia Alicia Martínez

Coordenação de Campo:  
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Coordenação da obra:  
Marcelo Carlos Gantos

Autores:  
Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle  
Marcus Vinícius dos Santos Cunha  
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Revisão:  
Equipe técnica do PEA-TP

Capa, projeto gráfico e programação  
visual:  
Marcus Vinícius dos Santos Cunha

**Realização:**  
Petrobras  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (Uenf)



Territórios  
do Petróleo

# Almanaque Territórios

